



## Ata Call Fórum de Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos – 25.06.2020

**Participantes:** André Guimarães (IPAM), Adriano Scarpa (Plantar Carbon), Andreia Bonzo (Pinheiro Neto Advogados), Angelo Simão (CNRPPN), Beto Mesquita (BV Rio), Bruna Juliani (Agência das Bacias PCJ), Camila Dias de Sá (Insper Agro Global), Camila Lefevre (Black Jaguar Foundation), Carla Gheler-Costa (assessora deputado Rodrigo Agostinho), Carmynie Barros (IABS), Cristina Leme Lopes (CPI), Daniela Diniz, Diogo Bardal (IFC), Eduardo Bastos (Bayer), Eduardo Daher (Abag), Emerson Granemann (MundoGEO), Erika Pinto (IPAM), Fabiana Vilela (SEBRAE MG), Fabio de Faria Coca (Fundação Agências das Bacias PCJ), Fabio Marques (Plantar Carbon), Felipe Requena (Agencia das Bacias PCJ), Fernando Passos (UFPR), Gabriel Siqueira (IGT e UNICAMP), Giovanna Fernandes (Santander), Guilherme Valladares (Insituto Perene), Iago Rangel, Jane Cavalcante (Sema MA), João Pedro Pacheco, Jorge Pinheiro Machado (Regions of Climate Actions - R20), José Carlos Fonseca (Ibá), José Maria Pacheco (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal), Kalil Cury (Partner Desenvolvimento), Klaus Schilling, Leandra, Leonardo Baumgratz (Agência das Bacias PCJ), Liége Vergili (Abiec), Lucas Batista (ICV), Luciana Lanna, Mirella Poccia Costa (Polifônicas Consultoria Socioambiental), Marcela Miranda (IABS), Marcelo Vieira, Marco Antonio de Resende Ferreira (ARPEMG), Mariana Pereira (Solidaridad), Marina Tavares (Black Jaguar Foundation), Mário Pacheco, Merel, Monica Breda (STCP), Monica Dias (Audsat), Nathalia Granato (Ibá), Nelson Barboza Leite (Comunidade de Silvicultura), Nicole Gobeth (projeto Ligue os Pontos – PMSP), Pedro Casemiro Magalhães (Light Saber - Comm Estrategica O&G), Pedro Soares (IDESAM), Peng Yaohao (SPE/ME), Petras Shelton Zumpano (Universidade de Melbourne), Raimundo, Raquel Costa (Good Growth Partnership / UNEP-FI), Renata Costa, Ricardo Esparta (EQAQ), Ricardo Santos (ME), Roberto Strumpf (Pangea Capital), Rodrigo Duarte (Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas), Rodrigo Lima (Agroicone), Ronaldo Seroa da Motta (UERJ), Sara Juarez Sales, Simone Gonçalves (Abiec), Fernanda Macedo, Laura Lamonica, Joice Oliveira e Maiara Beckrich

### FT Monitoramento do Ordenamento Territorial

- A FT tem como objetivo identificar o que falta para avançarmos no sentido de um bom monitoramento do ordenamento territorial. Entendemos que isso passa por uma regularização fundiária que garanta segurança jurídica, viabilize a implementação dos instrumentos existentes e favoreça a criação daqueles que ainda precisam ser criados.
- O Brasil tem vários cadastros para imóveis rurais e uma das dificuldades que enfrentamos é que, dependendo da base de dados, o imóvel rural será de um proprietário diferente. A unificação desses cadastros é essencial e a FT tem buscado entender como isso pode ser feito. Já existe um grupo de trabalho no Ministério da Economia que visa criar um cadastro único e estamos checando se faz sentido a Coalizão participar deste espaço.
- Temos visto uma força contrária à integração das informações geoespaciais, por exemplo, no último despacho do INCRA, no qual constava que, para efeitos de regularização fundiária, não era necessária uma correspondência exata entre os imóveis no CAR e no SIGEF. O Instituto de Governança de Terras da Unicamp tem puxado a pauta de *compliance* fundiária, que visa facilitar o acesso a créditos bancários mais



atrativos para os imóveis que tem o CAR e o SIGEF registrados em uma matrícula acessível. É importante reforçar que não há como fazer políticas públicas para o território sem um cadastro efetivo.

- O próximo passo da FT, será realizar um *webinar* para nivelar conhecimento sobre monitoramento do ordenamento territorial e a partir disso definir as prioridades para a sequência do trabalho.

## **FT PSA**

- A Força Tarefa tem se debruçado no processo de revisão do texto do Projeto de Lei 5028, visando influenciar seu resultado final. O objetivo deste trabalho é fazer com o que o tema do PSA ganhe escala no Brasil, obtendo resultados robustos.
- O PL 792 de 2007 contou com larga discussão com a sociedade civil, mas acabou travando pois previa um fundo nacional para PSA. Ano passado, o PL5028, foi resgatado e trazia no seu substitutivo o texto do PL com o qual tínhamos contribuído. O texto passou na Câmara, mas quando chegou ao Senado tinha vários problemas.
- Começamos a nos mobilizar para avaliar quais as melhorias factíveis que poderíamos alcançar neste texto. Um dos pontos mais graves impedia pagamento por serviços ambientais com recursos públicos, o que extinguiria vários esquemas de PSA que temos hoje. No geral, existem questões muito restritivas no texto e entendemos que isso é negativo porque existem metodologias muito diversas no campo dos serviços ambientais.
- Tendo isso em vista, nossa estratégia foi de mudança na estrutura do PL para que todas as restrições ficassem dentro do programa federal e a política cumprisse seu papel. Houve muita resistência porque há uma equivocada visão sobre adicionalidade de resultados baseada em cumprimento de lei e não em mudança de comportamento, como deve ser visto o incentivo econômico. Tivemos longa discussão no Senado e na Câmara e também incentivamos a realização de audiências públicas com provedores de serviços ambientais, iniciativas existentes de PSA, e, por fim, houve um debate sobre as questões jurídicas. Depois destas audiências, a FT entendeu que precisava incluir alguns pontos na nota técnica, como a valorização dos proprietários de RPPN, por exemplo.
- Durante esse processo, conseguimos uma boa mobilização e um ambiente propício para votação de relatório favorável a esses pontos que levantamos, mas, com a pandemia, a votação do texto foi adiada. Estamos acompanhando, mas o cenário atual é ainda um pouco incerto.
- O pagamento deve estar condicionado a ser possível identificar a efetividade da prestação de um serviço. Essa é a base de todas as iniciativas de pagamento por serviços ambientais, sejam elas públicas ou privadas.

## **FT Mercado de Carbono**

- Nos últimos meses, retomamos o trabalho desta Força Tarefa e estamos em estágio inicial, elaborando nosso documento base. A FT conta com uma liderança tripla, formado por representantes dos setores de floresta nativa, floresta plantada e agropecuária, de modo a trazer um olhar mais completo do território. Nosso trabalho está sendo movido por um senso de oportunidade já que existem uma série de mercados e sistemas de precificação em desenvolvimento nos âmbitos nacional e internacional, como o Acordo de Paris, o acordo da aviação civil internacional, sistemas subnacionais como o do estado



da Califórnia, além do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE). A ideia é que possamos acompanhar e influenciar a implementação de programas no Brasil.

- É evidente o aumento da demanda por redução de emissões e créditos de carbono. O país tem o desafio de promover o desenvolvimento econômico e social da Amazônia sem gerar mais desmatamento. Esse processo passará necessariamente pela valorização dos sistemas ambientais e, nesse sentido, a FT busca olhar não apenas para o pagamento pela floresta em pé, mas também para abordagens que possam ajudar a viabilizar os negócios florestais, situando a agenda dos serviços ambientais como alternativa viável para geração de emprego e renda na região.
- Os negócios florestais até hoje têm encontrado dificuldade do ponto de vista econômico, por isso precisamos pensar em modelos financeiros e fontes de receitas ou continuaremos dependendo de humores de governos mais ou menos comprometidos com a proteção da Amazônia. Em breve, a FT deve iniciar um diálogo com um grupo de empresas que está lançando uma plataforma de compra de crédito de carbono no Brasil, de forma voluntária, para podermos identificar algumas lições aprendidas e impactos positivos que podem subsidiar processos regulados, como o MBRE.
- Recentemente foi lançado o programa Floresta + do Ministério do Meio Ambiente motivado pelo primeiro pagamento do Fundo Verde Para o Clima. Ainda não temos muita informação, mas imaginamos que se pretenda levantar recursos adicionais e toda ajuda é bem-vinda no sentido de levar recursos para conservação florestal.

### **FT Estratégia Internacional**

- Essa Força Tarefa desenhou quatro prioridades para a agenda internacional:
  - 1) Manter o Brasil como protagonista global na agenda Agroambiental;
  - 2) Apoiar o desenvolvimento do Mercado de Carbono no Brasil - trabalhando em conjunto com a FT Mercado de Carbono – e internacionalmente, focados na negociação do artigo 6 (que visa ajudar a desenhar esse mercado globalmente);
  - 3) Fomentar a conexão entre agenda global do clima (COP) e a agenda da Biodiversidade (CDB). Estamos observando um movimento salutar nesse sentido, representado pela recente ratificação do Acordo de Nagoya.
  - 4) Esclarecer mitos e fatos sobre o tema ambiental. Para isso, trabalharemos com manifestos e participação ativa em eventos. Além disso, será importante realizar um tour de diálogo com investidores que se afastaram devido às políticas ambientais do atual governo.
- Para o Brasil voltar a crescer, precisamos atrair capital financeiro, a partir de uma agenda robusta. Assim, estamos estabelecendo diálogos com os Ministérios da Economia e da Agricultura, além do Congresso Nacional, tanto na frente agrícola, quanto na frente ambiental. Sabemos que existem vários atores, governamentais e não-governamentais, interessados em promover essa agenda e estamos abertos a somar forças nessa construção. O objetivo final é atrair capital para alavancar a agenda agroambiental.
- Sobre precificação de carbono, temos algumas referências quanto ao valor da conservação de um hectare de mata nativa na Amazônia por ano. O Banco Mundial tem um projeto no Amazonas de bolsa-floresta que paga 600 reais por hectare/ano, considerando 5 dólares/tonelada. No mercado regulado em geral, o valor varia de 13 a 15 dólares/tonelada, enquanto no voluntário varia de 3 a 5 dólares. Considerando o que



recebemos até agora, [a referência tem sido 5 dólares/tonelada em projetos de carbono florestal](#). Carbono de agricultura é algo relativamente novo, com apenas algumas empresas no mundo fazendo, mas que pode chegar 15 dólares/tonelada.

### **FT Regularização Fundiária**

- Ao longo desse ano, a Força Tarefa de Regularização Fundiária tem trabalhado intensamente por conta da MP910. Um breve histórico: em meados de maio, a MP910 perdeu a validade ao não ser apreciada no Congresso Nacional, após grande pressão popular. Na sequência, o presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia aceitou a apresentação do PL 2633 para que essa matéria pudesse ser discutida mais amplamente. Dado o contexto da pandemia, a tramitação do PL 2633 está paralisada, apesar de ter sido submetida com caráter de urgência.
- O processo de discussão e acompanhamento dos diversos textos da MP910 foi intenso, levando a diversas reuniões com representantes do Congresso e do MAPA. Devido ao caráter dinâmico da discussão, tivemos que estabelecer um subgrupo da FT para tomarmos decisões de maneira mais eficiente.
- Ao final deste processo, a FT se deparou com a necessidade de propor um webinar, voltado apenas para os membros da FT e do Grupo Executivo para nivelamento do conhecimento do grupo. A ideia é que, a partir da troca de diferentes experiências sobre o tema da regularização fundiária, cheguemos a um alinhamento básico sobre o assunto.
- Atualmente, estamos elaborando uma proposta de formato e conteúdo deste webinar para que seja validado pelo Grupo Estratégico. Esperamos por uma definição desta proposta ainda em julho, para que possamos nos preparar e definir qual será o papel da Coalizão quando a votação deste PL voltar à pauta.
- Há notícias também de que poderia haver um decreto do Executivo viabilizando o uso de tecnologias de sensoriamento remoto para regularizar imóveis de até 4 módulos fiscais. Estamos acompanhando essa questão.

### **DEBATE: “Como os temas do Fórum Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos dialogam com o contexto atual e com o pós covid”**

#### Perguntas orientadoras:

- De que maneira os objetos de discussão do Fórum PPIE e das FTs estão sendo adaptados ou readaptados para a reconstrução da economia pautada na sustentabilidade?
- Como as finanças verdes e os instrumentos econômicos da sustentabilidade vão contribuir com a recuperação econômica? Quais os desafios e as oportunidades?
- Como os temas abordados no Fórum PPIE dialogam com o Fórum Agropecuária e Silvicultura e com a Reforma Tributária?

#### Principais comentários:

- Há muito tempo vêm se falando de como a agenda de clima, florestas e agricultura precisa estar alicerçada em uma política econômica que acabe com incentivos contrários



(resultantes em mais desmatamento e emissões) e estimule a criação de instrumentos econômicos e políticas públicas, capazes de gerar incentivos permanentes, que nos coloquem no caminho da implementação de uma economia de baixo carbono. Essa agenda já estava no olhar da Coalizão, com a criação dos Fóruns de Diálogo de Políticas Públicas e de Instrumentos Econômicos, como parte da nossa [Visão de Futuro 2030-2050](#). Para que essa agenda avance, espera-se que o governo implemente políticas públicas que levem a incentivos econômicos, a partir de marcos legais robustos e do combate ilegalidade, estabelecendo um caminho perene para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.

- O Brasil tem uma das melhores condições do mundo, em termos de biodiversidade, para demonstrar, em escala e com eficiência, a compatibilidade entre produção e a proteção do patrimônio natural (do qual depende essa produção), com respeito aos direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e trabalhadores e produtores do campo.
- Em relação ao cenário do pós-pandemia, muito tem se falado das oportunidades que a crise pode gerar em termos de desenvolvimento sustentável, mas sabemos que podemos facilmente retornar ao velho modus operante e utilizar, mais uma vez, a desculpa da crise econômica para seguir pelo caminho da degradação ambiental.
- A Coalizão tem força para apresentar propostas para esse contexto da pós-pandemia e, para isso, devemos entender as iniciativas que estão sendo planejadas pelo governo. Seria importante também darmos uma olhada no documento Visão 2030-2050, onde já existem algumas indicações para elaborarmos contribuirmos com uma proposta de recuperação econômica pós-pandemia.
- [No Fórum de Agropecuária e Silvicultura](#), Mariane Crespolini (Diretora de Produção Sustentável e Irrigação da Secretaria de Inovação do MAPA) apresentou o novo Plano Safra 2020-2021, com o qual a Coalizão contribuiu por meio das Forças Tarefas de Crédito Rural e Finanças Verdes. O Plano demonstra que tivemos significativos avanços nessa agenda em relação a anos anteriores, o que reforça a importância e a qualidade do trabalho da Coalizão.
- Ainda sobre Finanças Verdes, fica claro que a agenda está avançando. No [Webinar “Destravando o Potencial de Investimentos Verdes para Agricultura no Brasil”](#) do Climate Bond Initiative com os Ministérios da Agricultura e da Economia, ficou clara a mensagem de que existe bastante recurso disponível para essa agenda, mas ainda falta efetivar esse uso. Recomendamos que todos leiam esse [estudo do CBI](#) que estima que existem pelo 260 bilhões de reais disponíveis para essa agenda no Brasil.
- Em conversas com os parceiros internacionais, fica claro que se espera que as cadeias de suprimentos agrícolas estejam livres do desmatamento. Para isso, não podemos perder de vista a importância de se estabelecer um cadastro efetivo dos imóveis rurais. Precisamos avançar nesse ponto, com mecanismos de monitoramento que nos permitam identificar os problemas da cadeia já que a realidade atual é que poucos imóveis rurais em ilegalidade acabam sujando toda uma cadeia produtiva.
- Um cadastro unificado é essencial no aspecto social, no que a situação fundiária de titulação de terra no Brasil. Com a ausência de um instrumento efetivo de monitoramento, não conseguimos dar cabo a muitos dos outros instrumentos que poderiam favorecer a formalização da situação dessa população em termos fundiários.



- Precisamos ir além da questão da punição às empresas que cometem infração ambiental, com a criação de incentivos econômicos para que uma atividade lícita, mas altamente emissora, por exemplo, reduza sua emissão.
- Seria importante pensar em formar e premiar esses serviços ambientais. O caminho ideal é que sejam transações entre privados, seja por meio de políticas públicas ou acordos voluntários. Os privados deficitários iriam remunerar os superavitários.